

ARGUMENTOS SOBRE UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Natalia Barboza Netto/
Universidade Federal do Rio de Janeiro
natnetto1@gmail.com

INTRODUÇÃO

O debate sobre perspectivas de inclusão em educação, sobretudo no contexto mais recente, cujos dados apontam impactos preocupantes nas trajetórias educacionais de estudantes de todo o mundo, afetados sobremaneira por novas configurações de acesso e permanência nas escolas, impostas pela pandemia da COVID-19 (UNESCO, 2020), permitiu-nos revisitar a pesquisa de Mestrado concluída em 2019, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que inspirou-nos na elaboração deste trabalho. Já que vemos, atualmente, discussões serem reacendidas, abordando desafios recorrentes às políticas públicas e à gestão educacional que recaem sobre os processos de inclusão e exclusão, aqui alinhados de forma indissolúvel (SANTOS & PAULINO, 2008), corroborando o pressuposto da escola refletir e reproduzir relações desiguais, envolta numa lógica que determina a exclusão de determinados grupos, em benefício de outros.

Tivemos como principal objetivo da referida pesquisa, analisar os argumentos produzidos *pelos*¹ professores e *para* os professores sobre uma política de educação implementada pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro², a saber, o Programa de Reforço Escolar — Acelera.

As análises foram sustentadas por princípios que trouxeram à cena principal da ação pedagógica, as potências e singularidades dos sujeitos, discutindo a naturalização do fracasso escolar, tangenciando intervenções que contemplassem a todos os alunos, resguardando suas diferenças (SANTIAGO ET AL, P. 643). Reiteramos os pressupostos teóricos de inclusão que nortearam a pesquisa, concebendo inclusão como “processo infundável que precisa ser pensado, de forma coletiva e contextualizada, no cotidiano escolar”, demandando novas lógicas no plano individual, coletivo e institucional (Ibid., p. 640). A pesquisa delineou articulações entre Argumentação (Perelman, 2005) e os

¹ Optamos em manter estas expressões destacadas em itálico, tal como apareceram no texto principal da pesquisa.

² Será designada pela sigla SME/RJ.

processos de inclusão/exclusão em educação, estreitando suas interfaces, tendo em vista que estes processos se baseiam em três dimensões, dialeticamente inter-relacionadas: as culturas, políticas e práticas (Santos e Paulino, 2008), salientando o papel dos docentes neste percurso.

METODOLOGIA

O trabalho constituiu-se em uma pesquisa qualitativa que analisou fenômenos contemporâneos no contexto da vida real, onde os limites entre eles não estavam claramente definidos. Ela afinou-se ao que André e Lüdke (2005) descrevem como estudo de caso, pois possibilitou uma interpretação contextualizada, enfatizando a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes.

Além de encontros com membros da gestão das escolas que compuseram o campo, pertencentes à uma das onze Coordenadorias Regionais de Educação, CREs da SME/RJ, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quinze professores nos seus ambientes de docência, não fragmentando pesquisadores e pesquisados da arena em que as diversidades se tornavam mais latentes. Elas foram gravadas com a prévia autorização e transcritas posteriormente, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas (MANZINI, 1991), fazendo emergir informações de forma mais livre, não reduzindo as respostas à uma padronização de alternativas.

Elegemos como referencial teórico-metodológico, os estudos de Chaïm Perelman (1912-1984), particularmente sua obra principal —Tratado da Argumentação - a Nova Retórica—, escrita com Lucie Olbrechts-Tyteca, na qual a racionalidade argumentativa (retórica) é ressignificada, trazendo os acordos na Argumentação como pilares de suas análises, salientando o papel das trocas discursivas entre os diferentes interlocutores, referendando o campo dialógico e controverso instaurado nestas relações. O Tratado corrobora uma visão que aponta a valorização das diferenças de pensamento, na medida em que realça as influências recíprocas que os indivíduos estabelecem na sociedade, podendo tanto cooperar entre si, quanto se oporem, “mostrando-lhe o quanto a argumentação é importante quando se trata de arbitrar conflitos ou de chegar a soluções razoáveis para problemas comuns” (Ibid., p. 29).

Este arcabouço auxiliou-nos na compreensão dos diferentes discursos, analisando de que forma seriam fruto de construções sociais sobre inclusão em educação, se as

práticas promovidas pelo programa enalteciam o diálogo, corroborando em manifestações plurais e em que medida havia depoimentos excludentes, efetivados em ações que negavam as diversidades, pensando também sob a perspectiva complexa da formação destes docentes, não apenas como reprodutores de uma ordem social excludente ou plenamente justa e democrática (LEMGRUMBER E OLIVEIRA, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentro de um roteiro inicial que continha quinze questões, ressaltamos para fins específicos deste trabalho, quanto à discussão sobre inclusão em educação, duas delas: A) O que são processos de inclusão/exclusão para você? B) Você vivenciou em sua formação pessoal e profissional situações de inclusão/exclusão que deseje compartilhar? Em que medida essas situações interferem ou interferiram em suas práticas?

O Tratado da Argumentação nos expõe uma vasta taxonomia sobre os tipos de argumentos mais comuns, entretanto, pelas delimitações desta exposição, a fim de que não incorrêssemos em análises limítrofes, elegemos trazer os que foram projetados com maior incidência nos discursos. Destacamos parte dos esquemas de raciocínio empregados e que podem ser generalizados e estudados, quando estes operaram estabelecendo vínculos entre elementos distintos, valendo-se do que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) denominam como técnicas de ligação. Entre elas, foram mencionados os argumentos tipificados como quase-lógicos (QL), os que se baseiam na estrutura do real (BER) e os que fundam e estrutura do real (FER).

A primeira pergunta foi a que apresentou a maior diversidade deles, caracterizados pelos autores supracitados como argumentação quase-lógica (Ibid., p. 220), ou seja, aproximam-se bastante aos argumentos da lógica formal, sendo inclusive passíveis de serem confundidos com eles, podendo ser apresentados de forma mais ou menos explícita. A inclusão foi apontada como possibilidade de participação, do aluno ser visto enquanto cidadão e parte do processo, um resgate de sua identidade. Houve professores que recorreram a argumentos BER, dentre eles, uma relação causal entre o termo inclusão e o acolhimento do aluno, ponderando que caso o discente não se sinta parte do processo, não há inclusão, ao passo que se ele se sentir capaz de realizar algo, há inclusão. As metáforas, ligações que fundamentam a estrutura do real, também deram a tônica dos discursos, como por exemplo, o termo inclusão concebido como sinônimo de “ir para a luz”,

remetendo à ideia de aprovação. Assim, neste caso, inclusão estaria relacionada a como o aluno se vincula e, para este professor, o próprio discente seria o grande responsável por estar ou não incluído, sobretudo considerando sua frequência na escola, tendo riscos de “se perder”, caso haja evasão do Programa.

Quanto à questão B, ficou notório o privilégio das relações de causalidade, permitindo-nos inferir como as práticas foram bastante influenciadas por tais discursos, já que houve uma gama deles que exemplificaram situações que inicialmente eram excludentes e se transformaram em oportunidades para a inclusão ou também o seu contrário. Vimos que os discursos reafirmaram a importância do engajamento ativo na tomada de decisões, agregando reconhecimento e valorização das identidades, tal como a importância na criação e manutenção de comunidades, valorizando-as enquanto possibilidades de se instaurar a cidadania. Portanto, mais uma vez as práticas de inclusão no Programa foram alinhadas aos pressupostos da inclusão em educação que sustentaram a pesquisa, vista como um processo que transforma valores e perspectivas.

CONCLUSÕES

Consideramos que este trabalho nos possibilitou tecer, no momento atual, reflexões sobre inclusão em educação que foram ao encontro das que ocorreram na pesquisa de Mestrado que o inspirou, em um momento histórico que convoca educadores do mundo todo, a discutir o binômio inclusão/exclusão em educação, a partir da pandemia da COVID-19 que vem afetando crianças, jovens e adultos, envolvidos em situações escolares das mais diversas, muitas delas potencializando espaços de exclusão.

As análises decorrentes da pesquisa trouxeram inferências que reuniram pontos de vista dialeticamente convergentes e conflitantes, presentes nos contextos escolares relacionados. O Programa, na medida em que resguarda princípios relacionados à pluralidade, quando conjugados à Teoria da Argumentação, suscita a materialização de práticas dialógicas, conseguindo delinear percursos em prol da inclusão em educação, considerando os diferentes discursos docentes com vistas a alcançar o objetivo esperado.

Esta política municipal de educação foi referendada como oportunidade genuína dos auditórios, alunos, reeditarem histórias que eram entremeadas pelo fracasso, dando-lhes subsídios reais de reinserção social. Nesse sentido, a relação dialética entre os processos de inclusão/exclusão foi evidenciada, já que muitos oradores — professores —

percebem que o desenvolvimento de práticas inclusivas pressupõe que todos os envolvidos, trabalhem juntos para lidar com as barreiras à educação experimentadas por alguns alunos. A partir de olhares que concebem a exclusão em educação de forma mais ampla, alude-se ao Programa uma chance de superar a discriminação e a desvantagem em relação a quaisquer grupos, principalmente os vulneráveis a pressões excludentes. Inclusão e exclusão, neste caso, apareceram vinculadas, de maneira que a inclusão envolveu um combate ativo à exclusão e, a inclusão, foi vista como um processo sem fim.

Os depoimentos transpareceram o quanto as práticas docentes, de fato, foram bastante influenciadas pelos discursos, já que houve aqueles que exemplificaram situações inicialmente excludentes e que se transformaram em oportunidades para a inclusão ou também o seu contrário. Vimos que os argumentos reafirmaram a importância do engajamento ativo e o envolvimento na tomada de decisões, agregando reconhecimento e valorização das identidades para que, assim, houvesse o reconhecimento da importância da criação e manutenção de comunidades, valorizando-as como possibilidades de instaurarmos a cidadania. Ou seja, as práticas de inclusão desta política congregam pressupostos que reafirmam oportunidades mais plurais e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli; LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2005.

LEMGRUBER, Márcio Silveira; OLIVEIRA, Renato José. **Argumentação e Educação: da àgora às nuvens**. In: LEMGRUBER, Márcio Silveira; Oliveira, Renato José. Teoria da Argumentação e Educação. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

MANZINI, E.J.A **entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v.26/27, p. 149-158, 1991.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTIAGO, M.C et al. Inclusão em educação: processos de avaliação em questão. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v.25, n. 96, p. 632-651, jul./set. 2017.

SANTOS, Mônica Pereira e PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO. **Educação: da interrupção à recuperação**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 30 de jul. de 2020.